



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA**  
**PÚBLICA, JUSTIÇA E CIDADANIA**



**LUCÉLIA OLIVEIRA ALMEIDA**

**A INFLUÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA  
ECOLOGIA CRIMINAL DA ESCOLA DE CHICAGO PARA  
A ELABORAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PARA O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**

Salvador  
2013

**LUCÉLIA OLIVEIRA ALMEIDA**

**A INFLUÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA  
ECOLOGIA CRIMINAL DA ESCOLA DE CHICAGO PARA A  
ELABORAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PARA O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em  
Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Universidade  
Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau  
de Mestre em Segurança Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Salete de Souza Amorim  
Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> M.e. Cleide Magáli dos Santos

Salvador  
2013

A447

Almeida, Lucélia Oliveira,

A influência dos pressupostos da teoria da ecologia criminal da Escola de Chicago para a elaboração das ações de segurança pública para o Centro Histórico de Salvador / por Lucélia Oliveira Almeida. – 2013.

34 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Saete de Souza Amorim.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2013.

1. Segurança pública. 2. Planejamento. 3. Segurança pública-Salvador.  
Universidade Federal da Bahia

CDD- 363.1

**LUCÉLIA OLIVEIRA ALMEIDA**

**A INFLUÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA  
ECOLOGIA CRIMINAL DA ESCOLA DE CHICAGO PARA A  
ELABORAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PARA O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestra em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 22 de agosto de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Salete de Souza Amorim – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof.<sup>a</sup> M.e. Cleide Magáli dos Santos - Co-orientadora \_\_\_\_\_  
Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes \_\_\_\_\_  
Doutorado em Análise Geográfica Regional pela Universidade de Barcelona, Espanha  
Coordenador do PPGEduc da Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivone Freire Costa \_\_\_\_\_  
Doutora em Sociologia Econômica das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa, Portugal  
Professora Adjunta IV Universidade Federal da Bahia

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Thorstensen Possas \_\_\_\_\_  
Doutorado em Criminologia pela University of Ottawa, Canadá  
Professor auxiliar com título de doutor da Universidade Federal da Bahia, Brasil

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Professora M.e. Cleide Magáli dos Santos, por ter proposto o caminho e orientado o meu trajeto. A conclusão deste trabalho, eu devo à senhora.

A Professora Dr<sup>a</sup>. Ivone Freire Costa, incansável em sua luta por uma melhor qualificação dos profissionais baianos. Agradeço por entender que sem ela este Mestrado não seria possível.

A minha querida família: Antônia de Oliveira, Antônio de Almeida, Ana Célia de Castro, Cláudio Câmara, Jasmine Câmara de Castro e Gustavo Jatobá. Agradeço por saber que a minha vitória é um presente para vocês.

ALMEIDA, Lucélia Oliveira. A influência dos pressupostos da teoria da ecologia criminal da Escola de Chicago para a elaboração das ações de segurança pública para o Centro Histórico de Salvador. 34f. 2013. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

## RESUMO

A partir do exame do Plano Integrado de Segurança Pública para o Centro Histórico de Salvador (PISPCHS), construído pela Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, no ano de 2009, este trabalho visa identificar a relação possível entre o modelo diagnóstico apresentado pelo PISPCHS, com a teoria da Ecologia Criminal da Escola de Chicago. A abordagem metodológica aqui utilizada é a qualitativa e o tipo de pesquisa é a exploratória e documental. Após a análise do PISPCHS, verifica-se que, embora passível de críticas, ainda persiste a ideia de que a desorganização e o debilitamento do controle social formal e informal, encontrados no Centro Histórico de Salvador são os principais responsáveis pelo afastamento cada vez maior de turistas e a pouca, ou nenhuma, frequência dos moradores de Salvador àquele ambiente cultural. Esta pesquisa aponta que são encontrados pressupostos que evidenciam a presença do pensamento teórico da Ecologia Criminal da Escola de Chicago, principalmente os da Ecologia Humana de Robert Park e das Zonas Concêntricas de Ernest Burgess, na essência do Plano Integrado, elaborado por técnicos que desconheciam este referencial teórico. Apesar de ter recebido muitas críticas ao longo dos anos, a tentativa da teoria Ecológica de explicar o fenômeno criminógeno da produção da delinquência nas e pelas grandes cidades, valendo-se dos conceitos de desorganização e contágio inerentes aos modernos núcleos urbanos é utilizada em larga escala para a orientação de trabalhos, não só das políticas de controle da criminalidade, bem como, das políticas de inclusão social no Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Segurança Pública e Planejamento; Escola de Chicago; Segurança Pública e Centro Histórico de Salvador; Teorias criminológicas.

ALMEIDA, Lucélia Oliveira. The influence of the assumptions of the theory of criminal ecology of the Chicago School to prepare the actions of public safety for the Historic Centre of Salvador (Bahia, Brazil). 34f. In 2013. Master Dissertation - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

## ABSTRACT

From the examination of the Integrated Plan for Public Safety Historical Center of Salvador (PISPCHS), built by the Secretariat of Public Security of the State of Bahia, in 2009, this work aims to identify the possible relationship between the diagnostic model introduced by PISPCHS with the theory of Ecology Criminal Chicago School. The methodological approach used here is a qualitative and type of research is exploratory and documentary. After analyzing the PISPCHS, it appears that, although open to criticism, yet the idea persists that disorganization and weakening of formal and informal social control, found in the historic center of Salvador are the main responsible for the increasing remoteness of tourists and little, if any, frequency of residents of Salvador to that cultural environment. This research shows that assumptions are found to show the presence of theoretical ecology of Criminal Chicago School, especially the Human Ecology of Robert Park and Ernest Burgess Concentric zones, the essence of the Comprehensive Plan, prepared by staff who were unaware of this theoretical. Despite receiving much criticism over the years, trying Ecological theory to explain the phenomenon criminological production of delinquency and in the large cities, using the concepts of contagion and disruption inherent in modern urban centers is used in large scale for guidance work, not only of crime control policies as well as policies for social inclusion in the Brazilian state.

**Keywords:** Public Safety and Planning, School of Chicago, Public Safety and historical center of Salvador, Criminological Theories

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>DA REALIDADE À TEORIA: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, E A TEORIA DA ECOLOGIA CRIMINAL</b> .....	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>DA TEORIA À REALIDADE: A INVESTIGAÇÃO</b> .....	<b>16</b>
3.1	O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR .....	16
3.2	PLANO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (PISPCHS) E SEUS ACHADOS ...	20
3.2.1	Assédio dos ambulantes pedintes e “flanelinhas” .....	23
3.2.2	Crianças e adolescentes em situação de risco .....	24
3.2.3	Iluminação pública deficiente .....	24
3.2.4	Prostituição .....	24
3.2.5	Estacionamentos irregulares .....	25
3.2.6	Uso e ocupação desordenados do solo .....	25
3.2.7	Imóveis abandonados .....	25
3.2.8	Coleta e reciclagem de lixo .....	26
3.2.9	Consumo e tráfico de drogas .....	26
3.2.10	Unidades policiais que atuam no CHS e as estatísticas policiais .....	27
<b>4</b>	<b>A POSTURA CRIMINOLÓGICA-METODOLÓGICA DO PISPCHS E AS APROXIMAÇÕES COM A TEORIA DA ECOLOGIA CRIMINAL DA ESCOLA DE CHICAGO</b> .....	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>32</b>



## 1 INTRODUÇÃO

No trabalho ora apresentado, realizar uma introdução não é propriamente uma coisa fácil. Inicialmente, porque há de se explicar o caminho percorrido pela autora (uma pequena retrospectiva da vida acadêmica e profissional) para se compreender e justificar a escolha do objeto da investigação, bem como há de se apresentar o próprio trabalho. Aliás, tudo bem imbricado, o que se crer ser o objetivo último que justifica a realização de um trabalho no âmbito de um mestrado profissional.

Quanto ao percurso dessa autora, após ter concluído o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares, na Academia da Polícia Militar da Bahia (2002), fui apresentada, por opção pessoal, ao 18º Batalhão da Polícia Militar (18º BPM), responsável territorial pela área do Centro Histórico de Salvador (CHS). Iniciará assim, a relação com aquilo que se tornou o atual objeto de pesquisa, que naqueles dias, se restringia a uma atuação ostensiva, mais tática que estratégica, sendo assim, o CHS tão somente, mais um ambiente operacional qualquer. O que ocorreu até março de 2004.

Passados cinco anos de atuação como membro da equipe de análise criminal da Superintendência de Inteligência (SI), órgão da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, em 2009 a equipe recebeu a missão de coletar, analisar e documentar os problemas existentes no CHS, com fins de apontar as possíveis soluções para o melhor emprego do policiamento ostensivo e da polícia judiciária na região.

Assim, em 2009, a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSPBA) elaborou um Plano de Segurança Pública para o Centro Histórico de Salvador (CHS), após diversas reclamações das entidades culturais, comerciais, moradores e constantes destaques negativos na mídia local, nacional e internacional, sobre a falta de segurança no Centro Histórico de Salvador. A finalidade inicial desse Plano era elaborar um mapeamento da criminalidade no referido centro histórico, apresentando dados quantitativos e qualitativos que apontassem os principais problemas existentes naquela área, com o objetivo de traçar ações de enfrentamento dos problemas e orientar o policiamento para o seu melhor desempenho.

Com a conclusão das pesquisas, o plano que inicialmente se denominara de ‘Segurança Pública’ passou a ser denominado por ‘Plano Integrado de Segurança Pública para o Centro Histórico de Salvador (PISPCHS)’, o que não significou apenas uma mudança de nomenclatura. A mudança foi justificada com o argumento técnico de que a maioria dos problemas encontrados no CHS era primordialmente de ordem social e de responsabilidade de

outros órgãos, que não apenas os da Segurança Pública e que as vulnerabilidades sociais existentes relacionavam-se direta ou indiretamente com a criminalidade, tornando-se assim, uma responsabilidade final da Secretaria de Segurança Pública.

Por fim, o PISPCHS foi incorporado como um tópico específico sobre a segurança pública no ‘Plano de Reabilitação Participativo’ (BAHIA, 2010), elaborado naquele mesmo ano e publicado em 2010, pelo Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS), da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, que teve como objetivos principais: definir, construir e instituir instrumentos que possibilitassem a sustentabilidade do Centro Antigo, integrando-o às dinâmicas sociais, urbanas e econômicas da cidade, visando contribuir para a reversão do processo de esvaziamento habitacional e degradação da área urbana central e estimular a preservação do patrimônio cultural.

Em termos operacionais, após a elaboração do PISPCHS, algumas providências da alçada da Secretaria da Segurança Pública foram tomadas, tais como: a aquisição de bases móveis de apoio (trailers adaptados) para apoiar o policiamento ostensivo e acompanhar as manchas criminais; transferência da sede do 18º BPM, que se encontrava em estado de desmoronamento, da Praça da Sé para a Rua do Bispo; aumento da quantidade de câmeras de monitoramento; prisão de traficantes e diversas reuniões com órgãos municipais e estaduais para melhoramento da iluminação pública, coleta de lixo, credenciamento de ambulantes, etc.

Quando o PISPCHS foi elaborado, segundo a metodologia da Atividade de Inteligência para a produção do conhecimento, que consiste nas fases do planejamento, reunião de dados, análise e síntese, interpretação e formalização e difusão, a equipe elaboradora (incluindo a mim mesma) desconhecia que o estudo ali desenvolvido, poderia se embasar em alguma teoria criminológica.

Igualmente em 2009, por ocasião da conclusão do curso de pós-graduação em Políticas e Gestão da Segurança Pública (3º CEGESP) da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública/Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública/ Universidade Federal da Bahia (RENAESP/PROGESP/UFBA) – que Santos e Costa (2012) descrevem e analisam - o CHS se tornou, pela primeira vez também o meu objeto de pesquisa, num trabalho realizado conjuntamente com o colega de curso André Barreto (delegado de Polícia Civil do Estado da Bahia), que também era membro da equipe de análise da Superintendência de Inteligência. Desse modo, com o tema: A Segurança Pública no Centro Antigo de Salvador: uma questão policial ou um problema social? (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2009) foi considerado um trabalho que exigiu, pelo total envolvimento dos autores com o objeto, certo distanciamento para realizar uma crítica e corajosa análise

baseada em achados do nosso próprio trabalho de pesquisa na Superintendência de Inteligência (SI), o PISPCHS.

Ao ingressar no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da UFBA, em meados de 2011, devidamente orientada pelos meus professores, voltei o meu olhar de uma forma diferente para o CHS. Não exatamente para o próprio espaço urbano, mas através de um estudo de segurança pública, produzido para a orientação de ações policiais, ou seja, como a Secretaria da Segurança Pública “via”, concebia e sugeria soluções para o CHS. Desse modo, o presente trabalho, busca apresentar os resultados da investigação que visou identificar a relação possível entre o modelo diagnóstico apresentado pelo Plano Integrado de Segurança Pública para o Centro Histórico de Salvador (PISPCHS) e o modelo teórico da Ecologia Criminal da Escola de Chicago.

Enfim, apresenta-se aqui, o trabalho requisito para conclusão do curso de mestrado profissional, que para minha formação representou a aliança entre a teoria acadêmica e a prática profissional: uma tomada de decisão do emprego de policiamento, baseada em uma análise prévia da ecologia urbana de um ambiente e das necessidades e seus habitantes, demonstrando assim que a segurança pública pode, com o auxílio da universidade, deixar de ser realizada apenas empiricamente e sem uma avaliação crítica de suas ações e seus resultados.

## **2 DA REALIDADE À TEORIA: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A TEORIA DA ECOLOGIA CRIMINAL DA ESCOLA DE CHICAGO**

O crescimento exponencial dos centros urbanos na última metade do século passado produziu, além da grande concentração populacional nas metrópoles, reflexos avassaladores na segurança pública e nos índices de desenvolvimento humano no Brasil. Naquele período, o processo de industrialização atraiu milhões de brasileiros, que deixaram o interior para se estabelecerem nas periferias das grandes cidades de forma irregular, em terrenos públicos e particulares, os quais nos anos subsequentes se transformaram em bairros.

O surgimento da Escola de Chicago está diretamente ligado ao processo de expansão urbana e crescimento demográfico da cidade de Chicago no início do século 20, resultado do acelerado desenvolvimento industrial das metrópoles do Meio-Oeste norte-americano.

Em 1900, metade da população de Chicago havia nascido fora dos Estados Unidos. “Acrescente-se a isso o grande número de negros provenientes de correntes migratórias do

sul, os quais perfaziam 7% da população em 1930 (cuja população total de Chicago era de 3.376.438 habitantes) e que começaram a chegar à cidade a partir do século XX, procurando trabalho nas indústrias e um lugar onde não houvesse tanta discriminação racial”. (SHECAIRA, 2012, p. 131). Como decorrência desse processo, Chicago presenciou o aparecimento de fenômenos sociais urbanos que foram concebidos como problemas sociais: o crescimento da criminalidade, da delinquência juvenil, o aparecimento de gangues de marginais, os bolsões de pobreza e desemprego, a imigração e, com ela, a formação de várias comunidades segregadas (os guetos), como explica Mário Eufrásio (1999):

Certos aspectos da formação da sociologia assumiram nos Estados Unidos formas originais: uma motivação filantrópica e favorável à reforma social, de feição progressista, e sua disputa contra os argumentos conservadores tirados da economia política clássica e do evolucionismo e do Darwinismo social; o uso pioneiro de materiais sociográficos; a influência do evolucionismo de Spencer e do Darwinismo social no desdobramento da discussão intelectual de um conjunto de ideias da época (entre 1850 e 1900) e os inícios do ensino universitário da sociologia em diversas instituições de ensino e pesquisas universitárias que foram criadas nas últimas décadas no século XIX. (EUFRÁSIO, 1999, p. 21).

A Escola de Chicago foi criada em 1890 e admitiu os seus primeiros alunos em 1892. É uma fundação batista que recebeu o apoio John Davison Rockefeller, empresário do ramo de petróleo. Teve como primeiro presidente William Rainey Harper, antigo professor da Universidade de Yale e colega de Rockefeller. “Quando o seu colega de fé batista John D. Rockefeller lhe ofereceu um milhão de dólares para fundar uma instituição acadêmica, respondeu que lhe seria necessário quinze milhões para criar uma universidade digna desse nome. Recebeu, de fato, trinta milhões de dólares e cumpriu sua promessa em prazo notavelmente curto” (EUFRÁSIO, 1999, p. 29).

Harper convidou Albion Woodbury Small para chefiar o Departamento de Sociologia. Inúmeros professores foram trazidos de outros centros de estudos ou foram formados na própria Universidade de Chicago. Robert Ezra Park (1864-1944); Ernest Watson Burgess (1886-1966); Roderick Duncan McKenzie (1885-1940) e Willian Isaac Thomas (1863-1947) formaram a primeira geração de sociólogos da Escola de Chicago e elaboraram o primeiro programa de estudos de sociologia urbana. Nas décadas seguintes, outros colaboradores se destacaram: Frederic Thrasher (1892-1970), Louis Wirth (1897-1952) e Everett Hughes (1897-1983).

Em 1912, ao escrever um ensaio sobre a cidade defendendo a ideia de que a cidade poderia ser um grande laboratório de pesquisa social (ensaio que culminaria, em 1915, na obra “The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment”, traduzida para o português por Sérgio Magalhães Santeiro, editora Zahar, 1967), Robert Erza Park estimulou os trabalhos iniciais de pesquisa da Escola de Chicago. Logo em seguida, passou a buscar estudantes interessados em sair a campo. “Park influenciou pelo menos duas gerações de estudantes de Chicago. Seu ecletismo no modo de fazer pesquisa se materializou na concepção de que o espaço físico, material, refletia o espaço social” (PINEZI e VALENTIN, 2013, p.8). Como bem completa Becker (1996):

Uma das características do pensamento de Park - e isso se aplica à Escola de Chicago como um todo - era não ser puramente qualitativo ou quantitativo. Park era muito eclético em termos de método. Se achasse que era possível mensurar alguma coisa, ótimo, se não o fosse, ótimo também. Havia ainda outras maneiras de fazer essa pesquisa. Em certo momento, ele defendeu a ideia de que o espaço físico espelhava o espaço social, de modo que se se pudesse medir a distância física entre populações, se saberia algo sobre a distância social entre elas. É uma metáfora interessante, que levou a desenvolvimento de uma área chamada ecologia, não no sentido que usamos hoje, de preservação do meio ambiente, mas a noção de ecologia na forma usada pela biologia vegetal daquela época, e que se referia à competição pelo espaço. (BECKER, 1996, p. 182).

Essa metáfora levou ao desenvolvimento da noção de ecologia humana. Valendo-se do modelo de Charles Darwin de seleção natural, Park resolve elaborar a hipótese segundo a qual o meio no qual os indivíduos e grupos evoluem exerce influência sobre seu comportamento. Park e seus alunos nos trabalhos de campo procuraram descrever a posição particular dos indivíduos e dos grupos na sociedade. Os resultados dos levantamentos eram sumarizados em mapas que mostravam as áreas e regiões da cidade de Chicago habitadas pelas diferentes populações de imigrantes, suas atividades econômicas, e áreas de conflito. “Porções do território onde determinadas populações se separavam das outras foram caracterizadas por Park como regiões morais” (PINEZI e VALENTIN, 2013, p.8).

Em paralelo aos estudos empíricos de Park, William Isaac Thomas desenvolve a noção de desorganização social para se referir à ruptura da influência das regras de comportamento entre os membros de um grupo. “A desorganização social marca um período de desligamento progressivo do grupo primário, sem que ainda se possa falar em transição para outro grupo. Com William Thomas, o pensamento social de Chicago ficou marcado por um caráter cultural manifestado nos hábitos e nos comportamento dos indivíduos” (PINEZI e VALENTIN, 2013, p.9).

Com a intenção de tentar explicar o fenômeno da criminalidade através da estrutura desorganizada dos grandes centros em desenvolvimento e do enfraquecimento do controle social, a teoria da Ecologia Criminal da Escola de Chicago, através de seu método empírico, indutivo e interdisciplinar, consagrou a postura criminológico-metodológica de fazer qualquer análise social mais aprofundada superpondo os resultados ao mapa da cidade, ou seja, da sua estrutura ecológica. Para essa teoria, é a cidade que produz as diferenças nela constatadas e não se pode, naturalmente, ignorar o ponto de partida que é a sua estrutura ecológica. “Essa necessidade de se falar em cidades, no plural, alinha-se à ideia central do pensamento ecológico, segundo a qual a cidade não é somente um amontoado de homens individuais e de convenções sócias decorrentes do agrupamento humano” (SHECAIRA, 2012, p.139). Segundo Robert Park (1967):

Cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem. (PARK, 1967 p. 29).

Para Sérgio Salomão Shecaira (2012), dois conceitos são básicos para a compreensão da Teoria da Ecologia Criminal da Escola de Chicago “aplicável ao seu efeito criminógeno”. O primeiro é a definição de desorganização social. O segundo é a identificação de distintas áreas de delinquência que obedecem a uma tendência gradiente.

Para os teóricos da Escola de Chicago o conceito de desorganização social significa à ruptura da influência das regras de comportamento entre os membros de um grupo, ou seja, à ruptura dos mecanismos tradicionais de controle social. Para Bauman “ocorreu, pois, o lento mais inexorável dismantelamento/desmoronamento da comunidade, aquela intrincada teia de interações humanas que dotava o trabalho de sentido, fazendo do mero empenho um trabalho significativo, uma ação com objetivo” (BAUMAN, 2003, p. 49).

Dentro desse contexto, podemos definir o controle social como o conjunto de mecanismos de sanções sociais que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitárias, podendo ser informal, exercido pela pressão dos grupos sociais primários, como a família, escola, igreja, etc. Já o controle social formal, exerce-se pela atuação do aparelho político do Estado, “realizado por intermédio da Polícia, do Ministério Público e de todos os consectários de tais agências, como controle legal, penal etc.” (SHECAIRA, 2012, p.53).

Em toda cidade, em constante processo de diferenciação e crescimento com transformações muito profundas, o papel desempenhado pela vizinhança – de controle social

informal – acaba por perder-se. “A família, a igreja, a escola, o local de trabalho, os clubes de serviço não mais conseguem refrear as condutas humanas. Isso debilita os vínculos que mantinham as pessoas nas pequenas cidades, o que dá origem a um fator potencializador da criminalidade” (SHECAIRA, 2012, p.147).

A primeira experiência que um recém-chegado à cidade passa é a de reorganização de posturas e condutas humanas, com uma rejeição de hábitos e concepções morais, acompanhados do conflito interior e do seu sentimento de perda pessoal. Vale ressaltar que estamos falando de uma característica de ocupação sucessiva de determinadas áreas por diferentes grupos étnicos de uma cidade norte-americana. “Em uma cidade como Chicago, isso significa que, primeiro vieram os imigrantes irlandeses, depois os suecos, os alemães e os judeus da Europa Oriental. Cada um desses grupos, em épocas distintas, sofria a influência dos acontecimentos em sua terra natal” (BECKER, 1996, p.182). A desorganização tratada aqui é a das atitudes de conduta dos indivíduos recém-chegados à nova cidade, conforme explicação de Ernest Burgess (1948):

Sendo a desorganização preliminar à reorganização de atitudes de conduta, constitui quase invariavelmente a sina do recém-chegado a cidade e o descarte do habitual e, muitas vezes, do que tem sido para ele a moral, não raro acompanhado por agudo conflito mental e senso de perda pessoal. Talvez, mais frequentemente a mudança dê, mais cedo ou mais tarde, um sentimento de emancipação e o impulso em direção a novas metas. Esta busca de novas metas permite um afrouxamento das influências das regras sociais de conduta existentes sobre os membros individuais do grupo, causando uma perda total das raízes. (BURGESS, 1948, p. 360)

Conforme a teoria ecológica, o debilitamento do controle social é mais premente nas ocupações recentes, pois se verifica nas comunidades mais antigas que a solidariedade cultivada entre os seus membros cria um tecido social mais denso, o que, de certa forma, consegue repelir a instalação de um estado criminógeno. Estas relações configuram uma organização social, ainda que precária, a qual, em certa medida, minimiza a ausência do Estado. Esta rede de amparo, baseada nas relações de amizade e solidariedade e fortalecidas pelo sentimento de identidade com o território, atua como barreira ao estabelecimento da “economia do crime”. Para Zygmunt Bauman (2003, p. 20) “Uma vez desfeita, uma comunidade, ao contrário da fênix com sua capacidade mágica de renascer das cinzas, não pode ser recomposta”.

O segundo conceito é o da identificação de distintas áreas de delinquência que obedecem a uma tendência gradiente. É o que podemos chamar de desenvolvimento segundo círculos concêntricos, de acordo com a ideia central dos principais autores da teoria da

Ecologia Criminal. Segundo Ernest Burgess (1948), Essa teoria, divulgada no artigo *the growth of the city* (1925), baseia-se na divisão de Chicago em cinco zonas concêntricas, que se expandem a partir do centro, “todas detendo as características próprias e constante mobilidade, avançando no território das outras por meio de processos de simbiose, invasão, dominação e sucessão, conceitos da ciência natural adaptados por Park à teoria da ecologia humana” (FREITAS, 2002 p.142).

No mais central desses anéis estaria o *loop*, zona comercial com os seus grandes bancos, armazéns, administração da cidade, fábricas etc. A segunda zona é chamada de transição. Como zona intersticial, está sujeita à invasão do crescimento da zona anterior e, por isso, é objeto de degradação constante. A terceira zona, que ainda guarda uma proximidade com as zonas centrais, é uma área de moradia de trabalhadores pobres e de migrantes da segunda geração, pessoas que se sujeitavam, por necessidade, ao contato com as primeiras áreas da cidade. A quarta zona concentra pessoas de classe média em moradias distribuídas em grandes blocos habitacionais. A quinta zona, chamada de *commuters*, “é habitada pelos estratos mais altos da população, pessoas que a cada dia vão ao centro de manhã para voltar à noite e que se dispõem a gastar de trinta a sessenta minutos nesse percurso” (SHECAIRA, 2012, p.148).

Todos os estudos realizados pela Escola de Chicago foram centrados nessas áreas acima descritas, especialmente a segunda zona, como de particular interesse, eis que era a área que as estatísticas indicavam com maior incidência de crime (CALHAU, 2011, p. 61). Segundo o pensamento daqueles autores, desde problemas sociais, psicológicos, de saúde pública, até criminais, estavam relacionados com a distribuição da população por aquelas áreas. Segundo Clifford Shaw (1974) “a decidida concentração de casos de delinquência em determinadas áreas da cidade parece sugerir a probabilidade de uma estreita relação entre certos ambientes da comunidade e a formação de padrões delinquentes de comportamento” (1974, p. 384).

Shaw não se propõe a demonstrar que a delinquência é causada pela simples localização em certas áreas da cidade, mas apenas que ela tende a ocorrer em certos tipos característicos de áreas, não existindo assim, qualquer determinismo ecológico, mas contempla a ideia de um vetor criminógeno. Entretanto, Freitas (2002) defende o fato de a Teoria das Zonas Concêntricas ser um tipo ideal, somente para auxílio na observação do mundo real.

Embora o pensamento ecológico estivesse centrado na Universidade de Chicago, seus estudos influenciaram inúmeros outros pesquisadores americanos que passaram a examinar



problemas relacionados ao crescimento das cidades. No Brasil temos importante coletânea de textos, organizada pelo professor americano, formado na Escola de Chicago, Donald Pierson, intitulada Estudos de ecologia humana: leituras de sociologia e antropologia social, publicada em 1948, pela livraria Martins Editora. Segundo Mendoza (2005):

A escola Sociológica de Chicago teve influência sobre os estudos precursores do campo de pesquisa urbana no Brasil feitos nos anos 40-50, em especial na cidade de São Paulo, tanto na área da Sociologia quanto na Antropologia com a vinda do sociólogo americano, Donald Pierson, formado na Escola de Chicago, com a contribuição dos pesquisadores Lucila Hermann, Oracy Nogueira, Emílio Willems, Frederico Heller, Oscar Araújo e Osvaldo Xidieh, principalmente no uso do modelo de zonas concêntricas de Burgess. (MENDOZA, 2005, p.460)

A principal contribuição da Escola de Chicago deu-se no campo metodológico e político-criminal fazendo surgir uma tradição dentro da sociologia criminal e da sociologia. Seus métodos de pesquisa propiciaram o conhecimento da cidade antes de estabelecer a política criminal adequada para intervenção estatal. E muito mais, permitiram o envolvimento da comunidade junto com o Estado para o enfrentamento do problema diagnosticado. No que concerne à política criminal, o foco é voltado para a comunidade local, com a mobilização das instituições para mitigar a desorganização social, reconstituir a solidariedade humana e controlar as condutas desviadas.

Como primeira grande teoria científica na área sociológica, a ecologia criminal pressupõe “uma macrointervenção da comunidade, ou ainda, que nenhuma redução de criminalidade é possível se não houver mudanças efetivas das condições econômicas e sociais das crianças. Isto é, há a premente necessidade de se alterar o caminho que fornece condições para a existência de carreiras delinquentes” (SHECAIRA, 2012, p. 137).

A primeira e principal consequência da Teoria Ecológica é priorizar a ação preventiva, minimizando-se a atuação repressiva. Em alinhamento à teoria da ecologia criminal o pensamento do PISPCHS se apresentou em contraposição ao modelo tradicional de segurança pública, centrada no controle repressivo-penal do crime, enfatizando o caráter interdisciplinar e pluriagencial do tema da segurança. Esta deve deixar de ser competência exclusiva das políticas criminais para se transformar em tema transversal do conjunto de políticas públicas, uma vez que a criminalização é somente uma das formas de se abordar uma conduta antissocial.

Como observa Sérgio Shecaira (2012), no âmbito puramente metodológico, depois da Escola de Chicago, não há qualquer política criminal séria que não se baseie em estudos empíricos da criminalidade na cidade. Segundo este autor, “a criminologia passa a ser o

substrato teórico para intervenção político-criminal no combate a criminalidade” (2012, p. 165). Políticas preventivas ou repressivas sem exames prévios da realidade podem criar uma disfunção prejudicial aos interesses da comunidade, com investimentos de recursos incompatíveis com os interesses dos habitantes da cidade.

Qualquer intervenção na cidade deve ser planejada, sendo fundamental o envolvimento da sociedade e a divisão dos esforços dos diferentes segmentos sociais.

### **3 DA TEORIA À REALIDADE: A INVESTIGAÇÃO**

#### **3.1 O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR**

Região a partir da qual a cidade cresceu, o Centro Histórico de Salvador (CHS) passou a abrigar, a partir do século XVI, a sede da administração local e, posteriormente, as residências dos senhores do açúcar, dos comerciantes e dos funcionários públicos. Essa valorização, em decorrência da centralização administrativa e consequente concentração de atividades econômicas, provocou o congestionamento das áreas residenciais, incentivando a mobilidade centrífuga dos grupos de maiores posses (ESPINHEIRA, 1971, p. 9), para bairros exteriores, longe do centro, onde se construíram novas casas adaptadas às novas necessidades (SANTOS, 2008, p.160).

Durante o século XX, porém, as classes mais altas migraram para os Bairros do Campo Grande, Vitória, Graça, Canela e Barra. Estes e outros bairros mais distantes tornaram-se atraentes, na medida em que se consolidavam os meios de transporte coletivo (bonde sobre trilho, bonde elétrico, ônibus etc.).

No final da década de 1940, iniciou-se um movimento de migração oriundo do recôncavo e do sertão baiano, com os migrantes concentrando-se principalmente no CHS, onde os imóveis começaram a ser subdivididos e sublocados, constituindo-se em cortiços, o que contribuiu para a alta densidade populacional registrada à época e para a degradação das edificações. Estas mudanças redefiniram o status social desse conjunto arquitetônico, transformando-o de bairro nobre, em zona congestionada, em que as deficiências estruturais, para atenderem a esta situação, conduziram à formação de um ambiente de doenças, misérias e crimes. (ESPINHEIRA, 1971, p. 10).

A estabilização da deterioração do CHS, nos primeiros anos do século XX, conduziu a um processo irreversível de empobrecimento da área, num círculo vicioso em que

deterioração passou a ser consequência do empobrecimento e vice versa. A área, então, se tornou arruinada e cronicamente incapaz de pagar os serviços municipais essenciais a sua existência. “Incapaz, por força de sua situação econômica”. (ESPINHEIRA apud MUMFORD, 1971, p. 9).

A área foi progressivamente se deteriorando, chamando a atenção dos órgãos e entidades ligados ao patrimônio cultural. Por solicitação do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi enviado para a cidade o arquiteto e consultor Michel Parent, que propôs em 1967, o tombamento de todo o centro, ressaltando o seu potencial turístico e cultural. No mesmo ano, o Governo do Estado, criou a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, transformada em autarquia, em 1980, com o nome de Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Dois anos antes, a Lei 3.660, havia criado o Plano Diretor do Pelourinho (PLANDIP), atribuindo ao IPAC, o poder de tombear bens culturais na esfera estadual.

Em 1983 a Lei Municipal nº 3.289/83 atribuiu ao CHS e seu entorno a condição de Área de Proteção Rigorosa e Área Contígua à de Proteção Rigorosa, respectivamente. Nos anos seguintes, o CHS foi finalmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e declarado, em 1985, Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

Em 1991, o IPAC apresentou o projeto de restauração do CHS, cujas obras iniciaram-se no ano seguinte, encontrando-se atualmente na sétima e última etapa. Este projeto contou com recursos do Governo no Estado, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e de bancos de fomento internacionais, tendo como objetivos: reformar os prédios e melhorar a infraestrutura, visando transformar o CHS em área exclusiva de turismo e comércio, atraindo empresários e comerciantes com incentivos governamentais.

O conceito assemelhava-se ao de um shopping a céu aberto, dando ênfase às atividades voltadas ao turismo, eventos festivos, musicais e outros entretenimentos, incentivando o surgimento de bares, restaurantes e butiques, em detrimento do uso habitacional. Por esta razão, cerca de 2.909 famílias foram retiradas de um total de 470 imóveis (BAHIA, 2010, p. 93).

Os denominados “cortiços” foram sistematicamente eliminados, com a indenização dos seus antigos moradores, com valores muito baixos, insuficientes para a aquisição de novas moradias, fazendo com que a grande maioria dessa população passasse a ocupar,

informalmente, áreas nos arredores, sobretudo os prédios fechados e em ruínas, bem como, as encostas e áreas livres próximas.

Assim, com o passar dos anos, intensificou-se a ocupação intensiva das encostas do Pilar, Lapinha, Santo Antônio e Taboão, além do surgimento de novos “cortiços” na Baixa dos Sapateiros e Saúde, seguidos pela ocupação sistemática de imóveis ociosos e ruínas, agravando o problema da vulnerabilidade social, tanto do entorno quanto do centro. O processo de ocupação e organização/desorganização do espaço urbano do CHS não aconteceu diferentemente de outros centros de metrópoles brasileiras.

O CHS foi, por muito tempo, estigmatizado, e não sem razão, pois se constituiu, no passado recente, na maior concentração de prostituição da cidade, ou seja, “concentrava estabelecimentos denominados de ‘bregas’, ‘mangue’ ou ‘puteiros’”. (BAHIA, 2010.p. 230).

Um exemplo disso no CHS foi à comunidade do Maciel, uma região formada por duas ruas principais que ligavam, e até hoje ligam, as praças Terreiro de Jesus e José de Anchieta, ao Largo do Pelourinho, que são: João de Deus e Gregório de Matos, respectivamente Maciel de Cima e Maciel de Baixo. “Área cuja constante exclusão ao acesso dos serviços sociais favoreceu comportamentos ‘divergentes e atividades desviantes’ que rotularam aquele local como degradado e inseguro” (ESPINHEIRA, 1971, p. 7 e 43).

Como acreditava Espinheira (1971), a intensificação da fiscalização policial no Maciel, em virtude das costumeiras atividades desviantes praticadas, concorreu para agravar os conflitos entre os grupos de moradores, que, diante do regime sistemático de insegurança causado pela repressão ampla e indiscriminada por parte dos órgãos policiais, provocou a desagregação devido à disfunção que representava a região para o sistema e pela vergonha e medo de ser preso apenas por morar no Maciel:

Impedidos de se deslocarem para outros locais por falta de condições econômicas, os grupos familiares isolam-se da comunidade, usando as ruas apenas como circulação obrigatória, para ir e vir de suas atividades ocupacionais, que em sua maioria se realizam fora dos limites do Maciel. (ESPINHEIRA, 1971, p. 21).

Este modelo de divisão se reproduz em diversos segmentos da vida social, agravando e acirrando a disputa entre as classes no espaço urbano. Segundo Milton Santos (2007, p. 139), o valor do indivíduo depende do lugar em que ele se encontra, não se tratando apenas de exclusão social, mas sócio espacial, provocando, entre outros, o fenômeno da favelização. Conforme o pensamento de Burgess (1948, p. 362), “[...] essa divisão natural dos agrupamentos socioeconômicos dá forma e caráter à cidade; porque a segregação oferece ao grupo e, portanto, aos indivíduos que o compõem, um lugar e um papel na organização total

da vida da cidade”. Tal cisão reflete-se claramente na propriedade privada, tendo sua tradução mais concreta nas residências e nos meios de transporte dos indivíduos que compõem cada uma destas classes, demonstrando um abismo quase que intransponível entre elas. Segundo Miranda Rosa (apud ESPINHEIRA, 1971, p. 59):

Em todo este processo de individualização e fragmentação da sociedade, durante o qual os interesses individuais ganham importância à custa de interesses sociais, vai se desenvolvendo um processo de desconfiança recíproca. São as reservas naturais ao processo de individualização, tendente, como é lógico, a acentuar as diferenças individuais, as barreiras opostas pelas pessoas, umas às outras e, portanto, a divergência de opiniões e pontos de vista. Nesse processo, dilui-se a comunhão social de interesses e motivos de conduta. (ESPINHEIRA, 1971, p. 59).

Para Espinheira (1971), a opinião popular, traduzida pela imprensa, permitiu verificar o grau de discriminação social, assim como a ocorrência de atitudes divergentes que extrapolavam os limites desta comunidade e forneciam subsídios para a análise da situação social do Maciel, exemplificada pela matéria do Jornal A Tarde, de 14 de setembro de 1967:

O percurso das lotações obriga visão de cenas degradantes. [...] quem foi que estabeleceu aquele caminho para os coletivos? E vocês sabem qual é o trajeto? É simplesmente este: Maciel de cima e Maciel de Baixo, para depois alcançar o Pelourinho. Calculem os leitores as cenas degradantes vistas obrigatoriamente por senhoras, senhoritas ou crianças levadas nos carros que fazem aquele percurso. Esta é a zona do mais baixo meretrício da cidade, talvez um pouquinho menos pior que o “*bas-found*” da Preguiça e do Julião. As cenas são mais numerosas na parte da noite. É tudo uma vistosa exibição ao vivo, às portas daquelas casas onde se postam as infelizes. Bem mais infeliz, porém foi quem delineou itinerário tão condenável, para mostrar todas aquelas tristes cenas às famílias... dos outros. (ESPINHEIRA, 1971, p. 43).

É inegável que o espaço urbano, como um produto coletivo, que se caracteriza pela aglomeração de pessoas, atividades e edificações refletem as transformações históricas sofridas ao longo de sua ocupação, devendo-se considerar os fatores econômicos e sociais presentes naquele território para a devida compreensão do seu processo de ocupação e, a partir desses dados, possibilitar o necessário planejamento urbano, inclusive as ações de policiamento em cada território.

É indiscutível a participação do governo na valorização de determinadas áreas, contribuindo para a especulação imobiliária e ignorando qualquer tipo de política redistributiva, como seria sua obrigação fazê-lo, bem como dotar todos os territórios de serviços públicos indispensáveis. É a cidade que produz as diferenças nela constatadas e não se pode naturalmente ignorar o ponto de partida que é a sua estrutura ecológica (SHECAIRA, 2012, p. 137).

### 3.2 O PLANO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (PISPCHS) E SEUS ACHADOS

Inicialmente, já vale ressaltar que a escolha do termo “Plano” para denominar o trabalho realizado como PISPCHS, foi equivocada, uma vez que, o PISPCHS deixou de contemplar aspectos doutrinariamente essenciais de um planejamento que o caracterizasse como plano.

Como lembra Baptista (1977) e Chiavenato (2003), um plano consiste na sistematização do processo de organização da ação. Nele devem estar sistematizadas as ações que se pretende desenvolver, informações e princípios que balizam e sustentam essas ações. Ele se constitui num guia para a ação. A exequibilidade do plano está condicionada a uma ponderável centralização de decisões e de controle, ponto não contemplado no PISPCHS, bem como, o quadro cronológico das metas ou resultados a alcançar ao término do período ou das etapas; os tipos e a magnitude dos recursos humanos, físicos e instrumentais disponíveis; o volume e a composição das inversões e gastos para todo o período e para cada fase; a especificação das fontes e/ou modalidades de financiamento; a previsão de mudanças legais, institucionais e administrativas indispensáveis para a viabilidade do plano; a distribuição das responsabilidades de execução e de avaliação dos resultados.

O fato de ser o principal ponto turístico de Salvador faz com que as ocorrências policiais registradas na região do CHS tenham uma repercussão mais ampla, com reflexos no turismo, no comércio local e na própria imagem da cidade. As ocorrências policiais, somadas aos problemas sociais existentes, compõem um cenário de abandono e de aparente ausência dos poderes públicos.

Contudo, há uma concepção partilhada por uma parcela da população de Salvador sobre o CHS ser um local inseguro, conforme a pesquisa de opinião denominada “A imagem do Centro Histórico de Salvador para os Soteropolitanos”. A Pesquisa foi contratada à Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda. pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), no âmbito do Projeto 914 BRA 4009 – Centro Antigo de Salvador. A supervisão do trabalho foi realizada pelo Escritório de Referência do Centro Antigo (ER/CAS), unidade vinculada a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

“O objetivo específico da pesquisa foi investigar o conhecimento, a imagem e o interesse dos residentes da capital da Bahia pelo Centro Histórico, identificando os motivos reais que fazem com que os Soteropolitanos não frequentem ou frequentem pouco aquele

espaço” (DATAMETRICA, 2009, p.5). Houve também interesse em avaliar o alcance da informação negativa veiculada pela mídia e a apreensão dos moradores sobre esse espaço tradicional da cidade. O trabalho incluiu uma pesquisa qualitativa e outra quantitativa. A pesquisa qualitativa teve o propósito de permitir o aprofundamento do conhecimento sobre os problemas que afetam o Centro Histórico para, por um lado, oferecer os subsídios necessários à elaboração do questionário a ser utilizado na pesquisa quantitativa e, por outro lado, oferecer uma base analítica para interpretação dos dados oferecidos na pesquisa quantitativa. “Responderam os questionários 250 pessoas selecionadas mediante pesquisa domiciliar realizada em bairros das classes sociais A, B e C, entre os dias 1º e 3 de julho de 2009” (DATAMETRICA, 2009, p. 5).

TABELA 1 - Ranking da satisfação dos entrevistados com aspectos relacionados ao Centro Histórico de Salvador, entre as pessoas que frequentam o CHS.

RESPOSTAS	TOTAL	CLASSES SOCIAIS		
		A	B	C
1) Preços cobrados pelos comerciantes locais	1º	2º	1º	1º
2) Segurança	2º	1º	2º	3º
3) Qualidade da administração do CHS	3º	4º	3º	2º
4) Condições da conservação dos prédios públicos e privados existentes na área	4º	10º	7º	4º
5) Disponibilidade de transporte público, nos horários compatíveis com a programação dos eventos	5º	9º	6º	5º
6) Disponibilidade e condições dos estacionamentos	6º	5º	5º	7º
7) Higiene e limpeza	7º	3º	4º	10º
8) Poluição visual	8º	7º	9º	6º
9) Condições de conservação das ruas, praças e avenidas	9º	11º	8º	9º
10) Condições do acesso viário	10º	13º	10º	8º
11) Poluição sonora	11º	6º	11º	11º
12) Disciplinamento do espaço, em termos de sinalização e orientação	12º	12º	12º	12º
13) Condições da iluminação das ruas, praças e avenidas	13º	8º	13º	13º
14) Horários de funcionamento das instituições (bibliotecas, museus, igrejas, teatros, etc.)	14º	14º	14º	15º
15) Qualidade dos bares e restaurantes	15º	19º	19º	14º
16) Qualidade da programação cultural	16º	17º	15º	16º
17) Estilo de atrações musicais	17º	16º	17º	18º
18) Estilo de espetáculos teatrais	18º	15º	16º	19º
19) Tipos de exposições artísticas	19º	18º	18º	17º
20) Qualidade das lojas de artigos típicos	20º	20º	20º	20º

Fonte: (DATAMETRICA, 2009, p.48).

Na opinião da grande maioria dos entrevistados o problema crucial do Centro Histórico está relacionado com insegurança e os fatores a ela relacionados: policiamento,

tráfico e consumo de drogas, roubos, assaltos, violência, prostituição, vandalismo e marginalidade. A tabela acima encerra um resumo das avaliações, ranqueadas, de acordo com as notas recebidas pelo conjunto das pessoas entrevistadas. “Os seis primeiros itens avaliados (preços, segurança, qualidade da administração do CHS, condições de conservação dos prédios, disponibilidade de transporte público e condições de estacionamento) correspondem aos aspectos que foram considerados insatisfatórios” (DATAMETRICA, 2009, p.47).

Sobre os itens de números 7 a 13 (condições de higiene e limpeza, poluição visual, conservação de ruas e praças, condições do acesso viário, poluição sonora, disciplinamento e sinalização do espaço e condições de iluminação) os soteropolitanos não se consideram satisfeitos nem insatisfeitos. Os demais itens (horários de funcionamento, qualidade dos bares e restaurantes, qualidade da programação cultural, estilo das atrações musicais, estilo dos espetáculos teatrais, tipos de exposições artísticas e qualidade das lojas de produtos típicos) foram avaliados de forma positiva e são motivos de satisfação para o público pesquisado. (DATAMETRICA, 2009, p.47).

Quando consultados sobre as providências que deveriam ser adotadas para ampliar o número de visitas que fazem ao CHS os entrevistados (duzentos e cinquenta pessoas), frequentadores daquele espaço, apresentaram sugestões, destacadas a seguir por ordem de importância: A melhoria do policiamento (85%); a redução da presença de drogados e prostitutas (60%); a redução do assédio de pedintes e ambulantes (37%); a disponibilização de transporte público em horário compatível com a programação do CHS (31%); a melhoria das condições de higiene e limpeza (22%); a melhoria da divulgação dos eventos (19%); a melhoria das condições físicas e da aparência dos prédios (17%); melhoria da programação cultural (16%) e a melhoria das condições de estacionamento (15%). A grande maioria das dessas demandas tem o mesmo nível de prioridade para as três categorias sociais pesquisadas, classes A, B e C, (DATAMETRICA, 2009, p.55).

Para tentar resolver a questão da insegurança sentida no CHS, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) elaborou o Plano Integrado de Segurança Pública para o Centro Histórico de Salvador (PISPCHS), cuja finalidade era mapear a criminalidade presente no CHS, apresentando dados quantitativos e qualitativos que apontassem os principais problemas existentes naquela área, com o objetivo de traçar ações de enfrentamento e orientar o policiamento para o seu melhor desempenho.

Alguns dos fatores citados nesta pesquisa são de conhecimento notório dos soteropolitanos, pois ocorrem não apenas na poligonal de tombamento, mas em diversas outras áreas da cidade, em intensidades diversas. O que chama a atenção no PISPCHS é a



identificação do fenômeno apresentado por diversas pessoas atuantes em vários seguimentos no CHS, após a realização da entrevista direta feita pelos pesquisadores e a investigação *in loco* para comparar os dados.

Para comparar a realidade captada através das entrevistas, história de vida e da observação de fenômenos, procedeu-se uma análise documental dos dados estatísticos disponibilizados pelo Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), órgão da Polícia Civil, em cujo trabalho, os projetos e políticas da SSP no Estado se baseiam, bem como os dados do Disque Denúncia, serviço da mesma Secretaria, o 18º Batalhão de Polícia Militar, 1ª e 2ª Delegacias Circunscricionais (DC), Delegacia de Proteção ao Turista, Superintendência de Telecomunicações, Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ER/CAS), Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (CONDER) e Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (CODESAL).

Para a SSP, certos aspectos, não diretamente relacionados à segurança, mas a outros setores da administração pública, produzem reflexos tão ou mais significativos na percepção da população em relação à segurança de determinada área quanto às ocorrências criminais. Essa conjunção de fatores é capaz de produzir uma sensação de insegurança que mobiliza a opinião pública e serve de consolidadora para uma imagem negativa para o CHS.

O que se apresenta a seguir constitui uma síntese do diagnóstico PISPCHS, publicado no Plano de Reabilitação Participativo do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS), da Fundação Pedro Calmon/Secretaria de Cultura, concernente aos principais problemas encontrados no CHS nominados pelos técnicos no PISPCHS de “fatores que influenciam a segurança pública” (BAHIA, 2010, p.262 – 269).

É importante mencionar que o PISPCHS não só aponta os fatores negativos encontrados no CHS. Os técnicos avaliaram as vulnerabilidades e propuseram soluções, na maioria delas, direcionadas a outros órgãos das esferas federal, estadual e municipal, mas destacando sempre a integração das ações e uma macrointervenção da comunidade (instituições locais, igrejas, escolas, associações de bairros) para prevenir e remediar a desorganização social e física do CHS e que serão analisados em um trabalho futuro.

### **3.2.1 Assédio dos ambulantes pedintes e “flanelinhas”**

Os pedintes concentram-se na Praça Municipal, Praça da Sé, Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho. São pessoas de ambos os sexos, crianças, adolescentes, adultos e idosos, que a noite dormem sob as marquises e de dia vivem da mendicância, abordando os frequentadores

em todos os locais, inclusive no interior dos estabelecimentos comerciais em busca de comida e dinheiro.

Os “flanelinhas”, por sua vez, abordam os visitantes de forma insistente, agressiva e, em algumas vezes, ameaçadora, para indicar os locais de estacionamento e vigiar os veículos. Os ambulantes adotam uma postura menos agressiva, mas insistente, espalhando-se pela área do Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho, principalmente. Não se percebe qualquer tipo de controle ou fiscalização, seja quanto ao local ou quanto às pessoas. Tal situação de descontrole e falta de fiscalização constrange os frequentadores e, em alguns casos, faz com que os mesmos se sintam ameaçados pela postura intimidativa destas pessoas.

### **3.2.2 Crianças e adolescentes em situação de risco**

Muitas crianças e adolescentes atuam como pedintes e guardadores de carros. Por vezes estão sob o efeito de drogas, adquiridas com o que conseguiram apurar. De acordo com dados da Delegacia de Proteção ao Turista (DELTUR), foi possível identificar que alguns são oriundos de famílias residentes em bairros distantes. Mesmo entregues aos pais, retornam ao CHS, onde pernoitam sob as marquises, o que claramente se configura como situação de risco, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ressalte-se que apesar desta situação de risco, na Delegacia do Adolescente Infrator (DAI), não foram encontrados registros significativos de ocorrências policiais envolvendo esse grupo.

### **3.2.3 Iluminação Pública deficiente**

Em que pesem as melhorias introduzidas em 2009, a iluminação pública ainda é falha, tanto nas vias quanto nos monumentos e prédios históricos. No primeiro caso, esta deficiência reflete diretamente na segurança pública, pois é sabido que locais pouco iluminados apresentam maior probabilidade de incidência de delitos.

### **3.2.4 Prostituição**

Na região existem duas áreas de atuação de profissionais do sexo: a Praça da Sé e as Praças Quincas Berro d'Água e Pedro Arcanjo, nessa última foi observada a presença de mediadores dos programas.

Poucas são as ocorrências policiais nas quais as prostitutas estão envolvidas e a maioria dos conflitos registrados, são entre elas e clientes em virtude do não pagamento dos valores acordados. A presença de prostitutas no principal ponto turístico de Salvador contribui para promover a imagem da cidade como polo de turismo sexual e termina por estimular outras atividades ilícitas correlatas, como o tráfico de pessoas e a prostituição infantil.

### **3.2.5 Estacionamentos irregulares**

A não observância quanto aos locais permitidos para estacionamento e trânsito de veículos contribui significativamente para a percepção de desordem e omissão da administração pública no local. O déficit de vagas e a obstrução das vias constituem-se em entraves para a atração de turistas e visitantes, cujo fluxo é importante para o crescimento do comércio local e reestruturação da área, bem como dificultam o acesso de viaturas oficiais ou mesmo a atuação de agentes públicos.

### **3.2.6 Uso e ocupação desordenados do solo**

Verificam-se na área algumas concentrações de ocupações irregulares, onde a tímida presença dos serviços do Estado, ao lado das más condições sociais, favorece a presença de lideranças criminosas, especialmente traficantes, que passam a estabelecer normas para os moradores. Em alguns casos, a polícia é o único braço do Estado a alcançar estas comunidades, o que é ainda dificultado pela disposição desordenada das moradias, separadas por vias estreitas, de difícil acesso e sem numeração oficial. Na região do CHS foram identificadas três áreas com estas características: Chácara Santo Antônio, Pilar e Vila Nova Esperança, mais conhecida por Rocinha, sendo que, para esta última, já existe projeto pronto para a reurbanização do local.

### **3.2.7 Imóveis abandonados**

O primeiro levantamento de imóveis com risco de desabamento, realizado pela Defesa Civil no CHS, se deu na década de 1970, resultando no escoramento emergencial daqueles que se encontravam em piores condições. Em 1994, novo levantamento identificou 159 imóveis nesta situação.

O problema é persistente. Em 2006 a CODESAL vistoriou 414 imóveis, dos quais 20% (82 unidades) foram consideradas de alto risco para moradores e transeuntes. Outros

11% (46 unidades) representaram perigo não imediato. Estes prédios, muitos em situação precária, também favorecem a atuação de infratores, servindo de abrigo para usuários e traficantes, além de ser um convite à invasão por parte de pessoas em situação de rua.

### **3.2.8 Coleta e reciclagem de lixo**

Na área do Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho há coleta regular de lixo, bem como lavagem periódica das vias. Entretanto, em algumas ruas localizadas no entorno, a inconstância desse serviço, aliada à ausência de recipientes apropriados para o armazenamento do lixo e para a ação dos coletores de material para reciclagem produzem cenas de abandono e degradação.

Foram identificados no CHS vários pontos de recebimento de materiais recicláveis, transformando os imóveis nos quais funcionam em depósitos de lixo. Muitos casarões têm sido utilizados para esta atividade, contribuindo para a imagem de degradação da área. As más condições de armazenagem deste material, por outro lado, representam riscos de incêndio e a saúde pública. Segundo informações de alguns moradores, dependentes químicos estariam trabalhando na reciclagem do lixo para sustentar a dependência, principalmente do crack.

### **3.2.9 Consumo e tráfico de drogas**

O consumo e o tráfico de drogas no CHS apresentam características peculiares em relação a outros pontos da cidade. No que se refere ao consumo, chama a atenção a facilidade com que é possível vê-lo nas imediações do CHS. Tal visibilidade é acentuada durante os shows que são realizados na Escadaria do Paço e na Praça do Reggae. Mesmo o tráfico, também, é claramente percebido, principalmente o do crack. Há muitos pontos de venda de drogas, sendo possível, inclusive, perceber a expectativa e inquietação de grupos de traficantes quando da passagem de veículos ou pedestres nas proximidades.

O sistema interno do Disque Denúncia da SSP indicou a preponderância do tema tráfico de drogas em relação aos demais delitos no CHS, revelando tratar-se do delito que mais aflige a população local. Ao tráfico sempre está relacionada uma série de outros delitos, chegando até a prática de homicídios. No CHS, isto ocorre principalmente em relação aos furtos e roubos, verificando-se que muitos deles são praticados por usuários para o sustento de sua dependência.

### 3.2.10 Unidades policiais que atuam no CHS e as estatísticas policiais

São três as unidades policiais que atuam no CHS: 1ª Delegacia Circunscricional (DC), que engloba todo o Centro Histórico de Salvador e regiões adjacentes, Delegacia de Proteção ao Turista (DELTUR), cuja sede fica no Largo de São Francisco, mas devemos lembrar que a sua atuação não está restrita ao CHS e sim a toda Salvador e região metropolitana, e o 18º Batalhão da Polícia Militar (18º BPM), responsável pelo policiamento do CHS e de todo o seu entorno. Seguindo em linha reta a área de atuação do 18º BPM vai do Largo do Santo Antônio Além do Carmo até o Corredor da Vitória.

Na pesquisa foram elencados os tipos penais mais significativos para a determinação dos índices de violência na cidade, os quais são considerados como parâmetro para as ações governamentais, no caso: homicídios consumados e tentados, roubos a coletivos, subtração de veículos (furto e roubo), furto simples e roubo a transeuntes. No Plano foram utilizados dados do recenseamento demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000, onde a população da cidade de Salvador era de 2 443 107 habitantes e do CHS de 8 255 habitantes.

TABELA 2 – quantidade de homicídios dolosos e tentados, registrados em Salvador no ano de 2008, distribuídos por Delegacias.

ÁREAS DE DELEGACIAS CIRCUNSCRICIONAIS (DC)	HOMICÍDIO DOLOSO	TENTATIVA DE HOMICIDIO
1ª DC CENTRO	41	24
2ª DC LAPINHA	132	77
3ª DC BONFIM	94	72
4ª DC SÃO CAETANO	141	69
5ª DC PERIPERI	220	127
6ª DC BROTAS	88	66
7ª DC RIO VERMELHO	67	43
8ª DC CENTRO INDUSTRIAL ARATU	127	23
9ª DC BOCA DO RIO	65	44
10ª DC PAU DA LIMA	177	109
11ª DC TANCREDO NEVES	244	187
12ª DC ITAPOÃ	140	60
13ª DC CAJAZEIRAS	106	62
14ª DC BARRA	9	6
16ª DC PITUBA	3	8
28ª DC NORDESTE DE AMARALINA	73	55
<b>SALVADOR</b>	<b>1 727</b>	<b>1 032</b>

Fonte: Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP).

De acordo com os dados do CEDEP, no CHS aconteceram 41 homicídios consumados em 2008, ou 2,37% do total ocorrido em Salvador (1 727 homicídios), e 24 tentativas de homicídio, que correspondem a 2,33%, posicionando a área em 14º e 13º lugares, respectivamente, entre todas as delegacias circunscricionais da cidade, no total de 16.

Quando se analisam os crimes contra o patrimônio, percebe-se uma mudança no panorama. Em 2008, na 1ª DC foram registrados 164 roubos a coletivos, ou 7,45% de um total de 2.200 ocorridos naquele ano. Este quantitativo coloca a região como a 6ª colocada em maior incidência deste tipo de delito. Em relação à subtração de veículos (roubos e furtos) o local é o 10º, com 5,6% dos casos. Entretanto analisando-se separadamente furtos e roubos de veículos, verifica-se que proporcionalmente há mais furtos do que roubos de veículos na região (10% e 4,04% do total, respectivamente), reforçando a tese de maior incidência de delitos praticados sem violência à pessoa.

TABELA 3 – quantidade de crimes contra o patrimônio, registrados em Salvador no ano de 2008, distribuídos por Delegacias.

ÁREAS DE DELEGACIAS CIRCUNSCRICIONAIS (DC)	ROUBO A ÔNIBUS	SUBTRAÇÃO DE VEÍCULOS			FURTOS	ROUBO A TRANSEUNTES
		FURTO DE VEÍCULOS	ROUBO DE VEÍCULOS	SUBTRAÇÕES		
1ª DC CENTRO	164	180	172	352	4 413	3 062
2ª DC LAPINHA	122	139	243	382	1 716	1 782
3ª DC BONFIM	96	259	206	465	2 689	3 197
4ª DC SÃO CAETANO	229	87	287	374	994	1 213
5ª DC PERIPERI	232	39	186	225	1 822	1 645
6ª DC BROTAS	224	161	367	528	1 585	1 903
7ª DC RIO VERMELHO	139	85	158	243	1 385	732
8ª DC CENTRO INDUSTRIAL ARATU	64	20	156	176	455	184
9ª DC BOCA DO RIO	126	156	572	728	1 324	1 586
10ª DC PAU DA LIMA	212	81	426	507	1 347	1 340
11ª DC TANCREDO NEVES	16	88	379	467	1 462	2 012
12ª DC ITAPOÃ	224	137	694	831	2 628	2 722
13ª DC CAJAZEIRAS	109	30	165	195	845	634
14ª DC BARRA	50	89	89	178	1 504	757
16ª DC PITUBA	58	203	423	626	2 814	895
28ª DC NORDESTE DE AMARALINA	15	15	3	18	340	227
<b>SALVADOR</b>	<b>2 200</b>	<b>1 769</b>	<b>4 526</b>	<b>6 295</b>	<b>27 323</b>	<b>23 891</b>

Fonte: Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP).

Contudo, os dados revelam também que o grande problema da região são os furtos simples (subtração de bem móvel sem violência contra a pessoa) e os roubos a transeuntes, a 1ª DC apresentou a maior incidência, com 16,15% dos registros, ou em número absoluto 4413 casos, do total de 27 323 furtos ocorridos na capital em 2008. Em relação aos roubos a transeuntes, a 1ª DC registou 3062 delitos, ou 12,8% do total, representando a segunda maior incidência, menor apenas que a 3ª DC (Bonfim).

#### **4 A POSTURA CRIMINOLÓGICO-METODOLÓGICA DO PISPCHS E AS APROXIMAÇÕES COM A TEORIA DA ECOLOGIA CRIMINAL**

O primeiro pensamento crítico que os técnicos que elaboraram o PISPCHS apresentaram foi o de que, mesmo sendo o CHS o metro quadrado mais bem policiado da cidade, em especial o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho, a região apresentou altos índices de criminalidade no tocante ao furto simples e ao roubo a transeuntes, 3 062 casos ou 12,8% do total de roubos e 4 413 casos de furto simples ou 16,15% dos registros totais ocorridos na capital em 2008. Esse achado vai de encontro à ideia que a maioria dos técnicos em segurança pública tem de que o aumento do efetivo e a consequente saturação do ambiente com policiais fardados traz maior segurança ao local policiado.

Túlio Kahn (1998), pesquisador do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), ao comentar sobre pesquisas estatísticas, avisa que os indicadores jamais representam de forma absoluta a verdade sobre o fenômeno social que procura medir. “Um índice de criminalidade, como qualquer outro indicador, estará longe de refletir o fenômeno da criminalidade em todas as suas dimensões e nuances” (KAHN, 1998, p. 12). “Podendo, contudo, converter-se num excelente guia para a sociedade e para os responsáveis pela implementação das políticas públicas na área da segurança pública, bastando que não se exija dele mais do que ele possa fornecer” (ILANUD, 2002, p.124). “O cidadão não só tem o direito de ter acesso à informação sobre a sua segurança pública, como também pode o governo estabelecer uma estratégia preventiva de combate à criminalidade” (ILANUD, 2002, p.123).

A negação de que a solução de qualquer problema de criminalidade está diretamente relacionada ao aumento de efetivo e saturação do ambiente, unido ao alerta do pesquisador Túlio Khan, ampliou a forma de encarar o problema existente e abriu espaço para a necessidade de se conhecerem as condições a que estavam submetidos o espaço territorial urbano do CHS e as pessoas que lá viviam. Os elaboradores do PISPCHS entraram, assim, na postura criminológico-metodológica inaugurada e consagrada pela Escola de Chicago de fazer qualquer análise social mais aprofundada, superpondo os resultados ao mapa da cidade, uma vez que, para a teoria da ecologia criminal ou da desorganização social é a cidade que produz as diferenças nela constatadas e não se pode, naturalmente, ignorar o ponto de partida que é a sua estrutura ecológica.

A postura metodológica adotada pelos pesquisadores do PISPCHS corresponde à utilizada pela Escola de Chicago, que inaugurou os *social surveys* (inquéritos sociais) em sua postura investigativa.

As debilidades que foram observadas no PISPCHS, enquadrando o CHS, segundo os pressupostos da ecologia criminal, como ambiente desorganizado e degradado formado por migrantes e imigrantes oriundos de diversas partes do Brasil e do mundo, sem vínculos afetivos, com pouca mobilidade e acessibilidade urbana, território não autossustentável social e economicamente, com patrimônio material e imaterial em degradação, perda de referências históricas, população apresentando baixo nível de escolaridade, violência, drogadição, baixa competitividade dos negócios, perda de população, poluição sonora e visual e inúmeras carências urbanas.

O conjunto destes fatores forma um cenário de abandono, de ausência do Poder Público que concorre para uma percepção subjetiva de insegurança. Esta, por sua vez, se constitui em um ciclo vicioso alimentado pelo medo, que resulta em um crescente esvaziamento do local, como temos visto desde o final das primeiras etapas de revitalização, em meados da década de 1990. Ainda assim, diferente do que ocorreria se tal fenômeno se verificasse em outra área da cidade, o policiamento permanece visível, ainda que em menor proporção. Ou seja, o policiamento ostensivo não está sendo eficaz, sozinho, para a redução das taxas de crimes e para deixar as pessoas com a sensação de segurança ao frequentar o CHS.

De forma sintética, PISPCHS apresentou uma visão de segurança pública além do combate ao crime. Mostrando que a sensação de insegurança no CHS estava muito mais ligada à desorganização do espaço e dos indivíduos e a falta de ações efetivas continuadas de fiscalização e de controle social. Invocando, assim, um dos conceitos basilares da teoria ecológica: a desorganização social e o debilitamento do controle social.

Nas sugestões das ações efetivas para tratar os problemas encontrados no CHS, o discurso apresentado no PISPCHS foi o do caráter preventivo de combate ao crime e da ação integrada com outros órgãos governamentais e não governamentais, “deixando de ser a segurança pública de competência exclusiva das políticas criminais para converter-se em tema transversal do conjunto das políticas públicas” (ILANUD, 2002, p.34), diante do insucesso das ações repressivas às condutas, na maioria das vezes, antissociais encontradas no CHS.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho, após a análise do PISPCHS e da predominante presença nele dos pressupostos da teoria da ecologia criminal da Escola de Chicago, verifica-se que, embora passível de críticas, ainda persiste a ideia de que a desorganização e o debilitamento do controle social, formal e informal, encontrados no CHS são os principais responsáveis pelo afastamento cada vez maior de turistas e a pouca, ou nenhuma, frequência dos moradores de Salvador àquele ambiente cultural.

Os fatores de vulnerabilidades elencados neste trabalho, em grande parte, gerados pela deficiência na atuação do poder público, produzem uma percepção de insegurança que vem se consolidando gradualmente perante a opinião pública, apesar de não serem diretamente afetos à atuação policial, mas envolverem questões de cunho social e administrativo. Chama a atenção, em muitas delas, o envolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco, representando o que parece ser um dos principais problemas a serem enfrentados. Percebe-se, de forma geral, que estas pessoas pertencem a grupos socialmente vulneráveis, razão pela qual a abordagem a ser dada não pode restringir-se apenas a ações policiais.

As estatísticas policiais retratam um território em que não se registram graves crimes contra a pessoa, contraditoriamente ao que vem se verificando em Salvador nos últimos anos, quando os índices de homicídios apresentaram crescimento vertiginoso. Por outro lado, índices relevantes de crimes contra o patrimônio, neste caso os furtos e roubos a transeuntes, especialmente no entorno do CHS, região com grande fluxo de pessoas, associados ao crescente e visível consumo de drogas na poligonal de tombamento, concorrem para a percepção generalizada de insegurança que acomete os frequentadores do local.

Além dos problemas de vadiagem e drogadição infanto-juvenil, o perigo de roubos e agressões no entorno, o assédio a turistas, o turismo de baixa renda e turismo sexual, outras situações foram apresentadas, em menor escala, como contribuidores para o esvaziamento do CHS e influenciadores da degradação do local, como os altos preços cobrados pelos comerciantes, museus e igrejas fechadas em finais de semana e feriados, excesso de som e ruído e o “encobrimento da cultura ancestral em proveito do artificialismo cultural, como a excessiva ênfase na imagem étnica sem a devida consistência” (BAHIA, 2010, p. 234).

Longe de uma conclusão e mais perto de um início de pensamento, a Segurança Pública no CHS, mais que uma questão policial, representa um desafio para o Estado e para a sociedade civil organizada. Não podendo, dessa forma, ser reduzida à atuação policial, mas constitui um complexo problema de cunho predominantemente social, cuja resolução requer a

mobilização e participação da comunidade e do Estado como um todo, com vistas a encontrar os meios que levarão o CHS “a um território urbano que seja bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar; socialmente justo, culturalmente aceito, economicamente viável, ambientalmente sustentável e devidamente apropriado pelos seus usuários” (BAHIA, 2010, p. 20).

Desse modo, no final dessa investigação, algumas questões surgem já sinalizando o quanto é imperioso o exercício de aproximação entre prática e teoria – como propõe um mestrado profissional deixando como possível continuidade de investigação do objeto aqui abordado, tais como: o acompanhamento e análise de como foram cumpridos os objetivos do PISPCHS; se os problemas apontados para o CHS em 2008 persistem e qual configuração e se outros passaram a influenciar, além de dar voz para captar pela população, sua percepção da segurança pública no CHS, como forma de ampliação da investigação sobre o objeto estudado.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. (Estado). Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. **Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo**. Salvador, 2010. 343 p.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social**. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez & Moraes, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a Busca por Segurança no Mundo Atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003. 138 p. BECKER, Howard. Conferência A Escola de Chicago. In: **Mana** – estudos de Antropologia Social, vol. 2, n. 2, out/ 1996, pp.177-188. ISSN 0104-9313

BURGESS, Ernest W. **O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. Estudos de ecologia humana**. Trad. Olga Dória. São Paulo: Livraria Martins, 1948.

\_\_\_\_\_. **The Growth of the City**. In: PARK, R.E.; BURGESS, E.E.; MCKENZIE, R.D. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de Criminologia**. 6ª ed. Editora Impetus. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento Estratégico Fundamentos e Aplicações**, Rio de Janeiro, 2003.

DATAMÉTRICA, CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKEETING. A imagem do Centro Histórico de Salvador para os Soteropolitanos: relatório de pesquisa de opinião. In:

BAHIA. (Estado). Secretaria de Cultura. **Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo**. Salvador, 2010. CD-ROM.

ESPINHEIRA, Gey. **Comunidade do Maciel**. Secretaria de Educação e Cultura. Salvador: CINGRAFI. 1971.

EUFRÁSIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: ed. 34, 1999.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago**. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE - ILANUD. **Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança**. São Paulo, 2002. 128 p.

KAHN, Túlio. **Índice de Criminalidade**, Revista do ILANUD nº 2, São Paulo, 1998.

MENDOZA, Edgar S. G. **Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 14/dez 2005, p. 440-470.

OLIVEIRA, André A. B.; ALMEIDA, Lucélia Oliveira. **A Segurança Pública no Centro Antigo de Salvador: uma questão policial ou um problema social?** 2009. 26f. Monografia - Programa de Estudos, Pesquisas & Formação Em Políticas & Gestão de Segurança Pública – PROGESP/Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública-RENAESP/SENASP/MJ. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano. O fenômeno humano**. Trad. De Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. American Journal of Sociology. v. 20, n. 5, p. 577-612, Mar. 1915.

PIERSON, Donald (org.). **Estudos de ecologia humana**. São Paulo: Martins, 1948.

PINEZI, Ana Keila Mosca; VALENTIN, Fernando Farias. **Indivíduo e sociedade no pensamento social da escola de Chicago**. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/ANAIS>. Acesso em 24/09/2013.

SANTOS, Cleide Magali dos; COSTA, Ivone Freire. Das Políticas Públicas e do Controle Social: avaliando três ações para cidadania em Segurança Pública. **Tempo da Ciência: Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Cascavel: UNIOESTE, v. 19, p. 147-163, 2012.

SANTOS, Milton. **O centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana**. 2ª ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.